



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA

PRESIDÊNCIA

DA REPÚBLICA

5. CAPITAL E TRABALHO

FORTALEZA, 23 DE JUNHO DE 1964

NA HOMENAGEM PRESTADA PELAS CLASSES
PRODUTORAS DO CEARÁ.

É-me muito grato reunir-me aqui convosco nesta homenagem, que prestais, simultâneamente, ao Presidente da República e ao amigo que revê a terra natal.

Representais um agrupamento, as chamadas Classes Produtoras, a que muito deve o Ceará, onde um conjunto de circunstâncias vos impõe condições difíceis de vencer. De fato, uma série de fatores, entre os quais poderíamos mencionar as sêcas, a emigração das poupanças, a deficiência dos órgãos de comercialização e financiamento da produção e as oscilações do comércio com o exterior, contribuem para vos encher o caminho de graves obstáculos. Talvez por isso mesmo, obrigado a enfrentar dificuldades que cedo lhe aguçam a tenacidade ao par de certas virtudes de observação, de prudência e de trabalho, o cearense dedicado ao comércio ou à indústria granjeou boa fama em todo o País. É muitos são os que daqui partem para vencer em outras regiões.

É verdade que de certo tempo a esta parte, e especialmente em setores da administração, tornara-se comum maldizer a iniciativa privada, como se constituísse um estorvo ao progresso do País, ou a uma justa distribuição da riqueza. Não é possível avaliar o mal que daí adveio, graças à retração dos capitais, que se recolheram temerosos. Certamente, os que assim procediam estavam esquecidos das fundas transformações sofridas pela empresa privada, que deixou de ser a pedra angular do monopólio individualista para se integrar na democratização dos nossos dias. Não seria preciso lembrar mais do que as sociedades anônimas, muitas

delas com centenas ou milhares de acionistas, que fazem dos administradores da empresa uma espécie de empregados graduados. Do mesmo modo que os homens de empresa, com o arrôjo e o planejamento das suas iniciativas, perderam inteiramente aquêl feito exclusivamente capitalístico para se constituírem em pioneiros de novas formas de atividade. Propiciam assim não apenas os empregos para os brasileiros que atingem a idade de trabalho, mas também fontes de renda para o Erário que aí vai auferir os recursos de que tanto necessita.

Não há dúvida de que caminhamos rapidamente para a democratização das empresas, fenômeno por alguns denominado de neocapitalismo ou capitalismo democrático. E, em que pese as transformações por que deverá passar quando transplantado para o nosso meio, não é temerário adiantar que conservará os traços fundamentais. Dentre êstes poderíamos assinalar a larga difusão da empresa entre os acionistas; uma ativa concorrência entre as empresas, nos preços, na qualidade, no serviço e no aperfeiçoamento técnico; fixação de salários e condições de trabalho mediante contratos coletivos entre empregadores e sindicatos; ação do Governo na organização e controle das organizações através de medidas que suplementem as empresas privadas, sem contudo as substituir. Tudo, enfim, a implicar num sistema de crescentes relações entre o Governo e o setor privado, não com o objetivo de o esmagar ou enfraquecer, mas de o fortalecer dentro de bases mais condizentes com uma verdadeira democracia. Será êsse, certamente, o meio de possibilitar a convivência do controle social do Estado com a liberdade individual, que consideramos bem ou dádiva inalienável.

Cabe assim à iniciativa privada e ao Governo unirem-se num esforço comum, altamente benéfico à coletividade. Da parte das empresas, além dos deveres sociais que lhes assiste, buscando tornar cada vez mais efetiva a justiça social e o bem-estar do povo, cumpre exata compreensão do rigor com que devem contribuir para as rendas públicas. O imposto não deve ser para elas um espantinho nem motivo para atritos com a Fazenda Pública. A fraude, a sonegação, o contrabando, as mil faces, enfim, com que se apresentam as várias modalidades de lograr o Fisco deveriam

ser abolidas por incompatíveis com os deveres de pessoas que representam elevado nível social. Talvez seja difícil. Mas, o Governo, através de severa legislação, busca aparelhar-se para reprimir com tãda a energia os defraudadores das rendas públicas. Nesse propósito será mesmo inflexível.

Mas, do mesmo modo que deseja cobrar, o Governo pretende, principalmente, ajudar a quantos queiram e estejam em condições de desenvolver a empresa privada, com a qual espera partilhar a responsabilidade de alguns investimentos essenciais. É uma política que tem os seus fundamentos em vários motivos. E dentre eles devemos mencionar de logo a limitação dos recursos públicos em relação à demanda de capitais e à descentralização de tarefas no processo de desenvolvimento do Nordeste. Também é de salientar o interesse individual, o lucro, como instrumental de fiscalização e estímulo das empresas, bem como a correspondência como princípio democrático.

Com tais objetivos o Governo convocará os particulares, ampliando e prestigiando as sociedades de economia mista, ao mesmo tempo em que, através de medidas legislativas e a ação de órgãos financeiros, dará recursos para novas iniciativas. É a preservação da política de incentivos inaugurada pela SUDENE, capaz de compensar a atração de centros mais desenvolvidos, nos quais o capital encontra maiores facilidades de aplicação. Aliás, na enumeração dos elementos com que pretende o Governo contribuir para fomentar novas iniciativas, não poderia deixar de mencionar a energia hidrelétrica de Paulo Afonso, já às vésperas de alcançar Fortaleza, graças à decisão com que se deliberou concluir obra tão dispendiosa.

Esperamos que, propiciando tais recursos, estará o Governo fortalecendo os fundamentos da empresa privada e incentivando o seu dinamismo, tão útil para a superação do subdesenvolvimento. Do mesmo modo que a encaminha eficientemente para atender os propósitos nacionais, inclusive em relação a u'a mais justa distribuição da riqueza. Assim procedendo não fazemos mais do que atender a peculiaridades locais, de cultura ou de clima, e que estão a exigir especial atenção para que não se acentue demasiadamente o desnível econômico em relação a outras regiões do País.

Assim ajudadas as Classes Produtoras do Ceará, que tanto realizaram, malgrado as adversidades que tiveram de enfrentar e vencer, poderão multiplicar aquelas qualidades que as fazem tão notadas e admiradas. A serviço da admirável gente do Nordeste e da sua recuperação econômica, elas irão colocar aquelas virtudes de que vos falei inicialmente, e que constituem um dos motivos por que o Presidente da República se sente bem aquinhoado com a oportunidade dêste agradável convívio.

Agradecendo-vos a cordialidade desta homenagem, na qual vejo congregados amigos e conterrâneos, desejo expressar-vos a confiança de que, dentro das vossas atividades, ireis contribuir decididamente para que possamos, em breve tempo, afastar de nós os terríveis males do subdesenvolvimento.